



PIBIC/CNPq/UFCG-2009

O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO E SEUS EFEITOS SOBRE A PROFISSÃO DOCENTE

Mônica Martins de Oliveira¹
Melânia Mendonça Rodrigues²

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade apresentar as atividades realizadas no projeto de pesquisa *Trabalho docente em redes públicas do estado da Paraíba: condições e relações de trabalho*. O referido projeto pretendeu, ao longo da sua realização, compor o perfil do trabalho docente, considerando as condições e as relações de trabalho instauradas nas redes públicas de ensino em municípios da 3ª Regional de Ensino do Estado da Paraíba e, mais especificamente, nos municípios de Campina Grande e Fagundes. O estudo adotou, como categorias simples, relativas ao conteúdo do objeto, a flexibilização das relações trabalhistas, a fragilização da profissionalização e a intensificação do trabalho do professor. Como procedimentos teórico-metodológicos, foram utilizados estudos teóricos, análises de documentos – os Planos de Carreira – que regulamentam a profissão docente nos referidos municípios e entrevistas semiestruturadas com professores das redes públicas de ensino nos municípios de Campina Grande e de Fagundes. Com base nos elementos coletados, constatamos que, também nos municípios estudados, o trabalho docente vem passando por um avançado processo de precarização, o que tem prejudicado significativamente o exercício da docência nas escolas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho docente, precarização, Planos de Carreira.

THE PRECARIOUSNESS PROCESS AND THEIR EFFECTS ON TEACHING

ABSTRACT

The present work has as objective to show the accomplished activities in research project *Teaching work in Paraíba public schools: conditions and work relations*. The referred project intended, during their realization, to do a profile of teaching work, considering the established conditions and work relations in teaching public schools in municipalities belonged to 3rd Paraíba Regional Teaching and, most specifically, in the municipalities of Campina Grande and Fagundes. The study adopted, as simple categories, relates to object subject, the malleable in work relations, the professional weakness and the intensification of teacher work. As theoretical and methodological procedures, was utilized theoretical studies, documents analyses – the Profession Plans – that regulates the teaching in referred municipalities and almost structured interviews with public schools teachers in municipalities of Campina Grande and Fagundes. Based in collected elements, it was evidenced that, also in studied municipalities, the teaching work is passing for progressive precariousness process, that has meaningfully prejudiced the teaching exercise in public schools.

KEY-WORDS: Teaching, precariousness, Profession Plans.

INTRODUÇÃO

Desde a sua instauração, o sistema capitalista tem enfrentado crises, desenvolvendo estratégias voltadas, simultaneamente, para a amenização dos efeitos negativos de tais crises e para o fortalecimento do próprio sistema. Assim, o capitalismo tem ajustado a sua forma de acumulação e aumentado cada vez mais o processo de exploração da classe trabalhadora, já que é sobre esta que recaem sempre os efeitos das mudanças ocorridas no sistema.

¹ Aluna do Curso de Pedagogia, Unidade Acadêmica de Educação, UFCG, Campina Grande, PB, E-mail: monikamartins@gmail.com

² Professora. Doutora. Unidade Acadêmica de Educação, UFCG, Campina Grande, PB, E-mail: melania.r@uol.com.br

Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise [do século XX], que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua *forma de ser* (ANTUNES, 2006, p23 – grifos do autor).

Para manter-se como modo de produção dominante, o capitalismo precisa estar presente em todos os níveis de relações sociais. Sendo assim, seus ideais encontram-se presentes em toda a sociedade, não sendo diferente com a educação, organizada sob a perspectiva de atender às necessidades do capitalismo. Ainda que ocorram algumas variações na sua lógica de exploração do trabalho, a utilidade da área educacional em tornar a ideologia dominante aceita no meio social como algo natural e pré-determinado sempre foi valorizada. Desse modo, é fácil identificar a inserção dos princípios dos modelos de acumulação do capitalismo dentro da educação e, por sua vez, sua interferência no trabalho docente.

O modelo fordista de acumulação foi uma das maiores marcas do capitalismo. Fundamentado na produção de massa e em série, esse modelo defendia a formação de um trabalhador especializado, capacitado para atuar em uma área específica da produção, realizando um trabalho padronizado, fracionado e repetitivo, e isso se baseava “[no] princípio taylorista de separar o trabalho intelectual do trabalho manual, cabendo o primeiro à direção e gerência e o segundo, aos trabalhadores” (GOMES & VILARINHO, 2007, p.5)

A utilização de ideais fordistas para orientação do setor educacional deu base à formação desse trabalhador e

originou tendências pedagógicas que, embora privilegiassem ora a racionalidade formal, ora a racionalidade técnica nas versões sempre conservadoras das escolas tradicional, nova e tecnicista, sempre se fundamentaram no rompimento entre pensamento e ação (KUENZER, 2002, p.83).

Esta organização taylorista/fordista da acumulação capitalista foi predominante até a década de 1970 quando, por conta de uma das suas crises cíclicas, o capitalismo teve de buscar novas estratégias para continuar a se fortalecer como modo de produção dominante. Daí, a necessidade de rever os pilares da acumulação e, por conta das mudanças ocorridas, atualmente temos presenciado uma série de transformações que vêm acentuando os efeitos danosos do capital na organização social. O capitalismo orienta-se agora pelo neoliberalismo, que legitima um modelo de acumulação denominado flexível, que

traz a marca da competitividade e da reestruturação produtiva afetando o Estado, as tecnologias, as políticas financeiras, a industrialização, a comercialização, as empresas multinacionais, as relações internacionais, o mundo do trabalho, o modo de viver e se comportar, refletindo-se sobre a luta de classes (GOMES & VILARINHO JR., 2007, p. 5)

Embora presente, em uma visão mais superficial, certas diferenças em relação ao modelo taylorista/fordista, a acumulação flexível,

na medida em que ainda é uma forma própria do capitalismo, mantém três características essenciais desse modo de produção. *Primeira*: é voltado para o crescimento; *segunda*: este crescimento em valores reais se apóia na exploração do trabalho vivo no universo da produção e, *terceira*: o capitalismo tem intrínseca dinâmica tecnológica organizacional. (ANTUNES, 2006, p.30 – grifos do autor).

Portanto, embora se defenda a tese de que esta nova forma organizacional capitalista se distancia das anteriores, o observável é que os pilares do sistema continuam sendo fortalecidos e, à classe trabalhadora, ainda cabe o mesmo lugar de exploração e alienação, agora sob exigências ainda maiores, que aumentam a competitividade e, conseqüentemente, as taxas de desemprego, sob o argumento da qualificação ineficiente.

No campo da educação, a marca mais expressiva desse novo modelo de acumulação é a orientação que fomenta as reformas educacionais que vêm sendo postas em prática desde os anos 1990. Tais reformas têm provocado diversos efeitos na organização da educação, até mesmo nos seus princípios essenciais, e, com isso, o neoliberalismo passa a ocupar um lugar central na organização da sociedade, transformando-se em “credo social, assumindo caráter mundial e restabelecendo a autoridade do capital sobre o trabalho” (GOMES & VILARINHO, 2007, p3.).

O trabalhador a ser formado deve ter habilidades e competências cada vez mais desenvolvidas para trabalhar com as novas tecnologias do mundo moderno, que exigem uma constante requalificação, como garantia da sua capacidade de se manter empregado, e cabe, mais uma vez, à escola, a formação deste trabalhador exigido pelo sistema.

As exigências postas aos trabalhadores têm aumentado, cada vez mais, as responsabilidades do professor, e agora cabe ao docente responder questões que nunca fizeram parte da sua ação docente.

Frente a tais constatações, cresce a necessidade do desenvolvimento de estudos que possam auxiliar na compreensão das atuais condições de exercício do trabalho docente, finalidade a que se propôs o projeto de pesquisa *Trabalho docente em redes públicas do estado da Paraíba: condições e relações de trabalho*.

O referido projeto buscou ampliar as discussões acerca do trabalho docente, bem como contribuir a reflexão a respeito da concepção de trabalho docente que tem se mostrado predominante desde, a década de 1990, em redes públicas paraibanas, orientando-se pelos seguintes objetivos:

- identificar elementos constituintes das condições e relações de trabalho vigentes nos municípios estudados;
- analisar, em exemplos específicos, as manifestações concretas da reforma educacional na configuração do trabalho docente;
- discutir, nos exemplos selecionados, avanços, permanências e retrocessos na regulamentação e no exercício da função docente. (RODRIGUES, 2008, p.10)

MATERIAL E MÉTODO

O referencial que norteou a pesquisa realizada foi a abordagem dialética, através da qual, buscou-se a análise crítica do objeto pesquisado, mediante a captação de suas determinações, com base nas categorias metodológicas da totalidade, da historicidade e da contradição (WACHOWICZ, 2001). Orientado por tal abordagem, este estudo elegeu, como categorias simples, dentre as características do modelo de acumulação flexível, as discriminadas a seguir:

- flexibilização das relações trabalhistas – prestação de serviços em caráter temporário; terceirização dos serviços educacionais;
- fragilização da profissionalização – regulamentação da carreira; formas de ingresso e progressão funcional; remuneração;
- intensificação do trabalho – jornada de trabalho, funções atribuídas ao professor.

Em consonância com o norteamto teórico-metodológico adotado na pesquisa, a aproximação ao objeto de estudo compreendeu um movimento de complementaridade entre a teoria e os elementos empíricos, na busca de chegar “... à reprodução do concreto pela via do pensamento” (MARX, 1977, p. 219).

Como recorte temporal, determinado pela necessidade de delimitação, a pesquisa considerou o período posterior à atual LDB, ou seja, de 1997 aos dias atuais, e tal delimitação de tempo teve respaldo nas significativas mudanças ocorridas na área da educação desde a década de 1990 à atualidade, devido à inserção dos ideais neoliberais.

Os materiais utilizados para a realização dos estudos e foram, inicialmente, referências bibliográficas específicas da literatura da área. Posteriormente foram analisados os Planos de Cargos e Carreira do Magistério Público dos municípios constituintes da 3ª Regional de Ensino do Estado da Paraíba e, mais especificamente, em Campina Grande. Expressão jurídica da regulamentação do trabalho docente, a análise de tais Planos se deu à luz das garantias estabelecidas no artigo 206 da Constituição Federal e no artigo 67 da LDB, como sejam: ingresso na carreira, exclusivamente, por concurso público de provas e títulos; aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado; progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho; período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluídos na carga de trabalho; condições adequadas de trabalho; piso salarial profissional.

No segundo momento da pesquisa, tendo como universo os municípios de Campina Grande e de Fagundes, buscando-se maior aproximação ao objeto, foram adotados procedimentos que permitiram uma abordagem mais qualitativa das categorias de conteúdo, norteadoras do estudo. Considerando ambas as redes públicas, além do Plano de Carreira, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com professores em efetivo exercício do magistério. Ademais, veículos de notícias, como jornais e informativos, também foram consultados, viando à coleta de informações acerca da mobilização dos professores ou de registros relativos a formas de precarização do trabalho docente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos estudos realizados, foi possível constatar que os professores têm atuado num contexto de crescente processo de precarização do trabalho docente, determinado por inúmeros fatores. Através do contato com a literatura da área, reconhecemos que tal processo vem se fortalecendo desde a implementação das reformas educacionais da década de 1990 no Brasil, até porque as mudanças ocorridas nas regulamentações da educação inevitavelmente afetam o trabalho docente, uma vez que “ao mudar as formas institucionais do trabalho docente, força-se a mudança da rotina do trabalho docente” (BOSI, 2007, p.1511).

Para dar conta dos objetivos do estudo, buscamos identificar evidências dos efeitos das referidas reformas no trabalho dos professores de redes públicas da Paraíba. Para isso, foram entrevistados 07 (sete) professores, da rede municipal de ensino das cidades de Campina Grande e de Fagundes e da rede estadual de ensino. Sendo 02 (dois) do município de Campina Grande e 03 (três) do município de Fagundes, 02 (dois) da rede estadual que atuam em Campina Grande, e os entrevistados no município de Fagundes também mantêm vínculo com Estado.

Na entrevista, foram elencadas questões referente à formação docente inicial, ingresso na profissão, tempo de serviço como professor, outros vínculos profissionais, participação em eventos acadêmico-científicos, participação em programas de formação continuada oferecidos pelas secretarias, e opinião particular acerca do trabalho docente na atualidade, bem como a análise da sua atuação frente as condições postas ao exercício da docência nos dias atuais.

No que se refere à formação, o que se observa é que maioria dos professores tem formação inicial em licenciatura em Pedagogia. Um professor apenas ingressou na profissão com formação em nível médio.

Tabela 1 – Formação docente

Formação inicial	Número de entrevistados
Superior – Pedagogia	06
Superior – Outras licenciaturas	01
Nível médio – Curso Normal	01

Como pode ser observado na tabela 1, um dos professores atua nos anos iniciais do Ensino Fundamental com formação em nível médio, e sua formação superior é em licenciatura diferente da área em que atua. Esta é uma demonstração de fragilização da profissão, uma vez que a atuação na área não determinou a necessidade de se ter uma formação em nível superior da mesma.

No tocante ao ingresso na profissão, a maioria dos professores ingressou por meio de concurso público. No entanto, os professores do município de Fagundes fazem parte do quadro de efetivos da rede municipal, mas possuem vínculo profissional com a rede estadual por meio de contratos temporários.

Tabela 2 - Ingresso na profissão

Forma de ingresso	Número de entrevistados
Concurso público	06
Contrato temporário	03
Outro	01

Os 03 (três) casos de contratos temporários observados na tabela 2 referem-se aos professores da Fagundes, que atuam na rede estadual por esse meio. O caso identificado como outro trata de um dos entrevistados que afirmou ser do quadro de efetivos da rede municipal, mas por meio de contrato, pois seu vínculo é anterior à legislação que determina o ingresso exclusivamente por meio de concurso público.

Levando em consideração que os Planos de Cargos e Carreira dos municípios estudados determinam, em consonância com a LDB, o ingresso na profissão, *exclusivamente*, por concurso público, já identificamos aqui não só o desrespeito à determinação legal, mas um dos aspectos que mais evidencia o processo de flexibilização que tem afetado o trabalho docente.

A flexibilização é um processo próprio do sistema capitalista, sobretudo desta fase atual inaugurada pelo neoliberalismo. Tal processo consiste em tornar o trabalho flexível, a partir de novas modalidades de contrato que não garantem aos trabalhadores estabilidade, tampouco assegura direitos trabalhistas. Esses contratos são definidos como temporários, precários, substitutos e garantem mais agilidade e economia ao sistema capitalista. (MANCEBO, 2007).

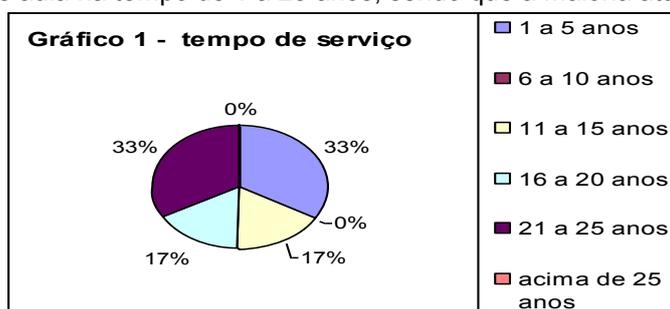
A fragilidade desta forma de contratação e instabilidade profissional que provoca pode ser observada na fala de um dos professores do município de Fagundes:

[Somos] prestadores de serviço³ e temos que contribuir com o INSS e não temos direito a uma aposentadoria, a não ser pelo concurso, só através de concurso. Mas todo esse tempo que a gente se dedica à prestação de serviço, o paralelo não conta, então aquilo é um dinheiro perdido que a gente tá colocando ali, certo? (ENTREVISTADO 06)

Diante desta fala, podemos observar que o contrato estabelecido de modo flexível não garante aos professores o acesso a direitos trabalhistas – no caso em questão, o direito à aposentadoria – e desse modo fortalece a precarização do trabalho docente. Sendo assim, o contrato temporário dos professores contribui significativamente com o processo de precarização do trabalho docente, uma vez que não possibilita ao professor a criação de um vínculo com a instituição em que atua, nem lhes garante os direitos trabalhistas que tem os que fazem parte do quadro de efetivos.

Trabalho precário, portanto seria aquele que se caracteriza por flexibilização de regras de contratação (contratos atípicos, temporários e independentes), menores salários, menor instabilidade, informalidade nas relações de trabalho, menos direitos sociais. (AUGUSTO, 2005, p.12)

No gráfico 1, podemos observar o tempo de serviço dos professores entrevistados. Maior parte dos professores está em sala de aula há tempo de 1 a 25 anos, sendo que a maioria atua há mais de 25 anos.



No que se refere a outros vínculos profissionais, a maior parte dos professores possui mais de um vínculo profissional. Os dados podem ser observados na tabela 4.

Tabela 4 – Outros vínculos profissionais		
Redes	Número de entrevistados	Carga horária por professor
Municipal – Campina Grande	02	20 horas
Outros municípios	01	20 horas
Rede estadual	03	20 horas
Rede particular	-	20 horas

Com exceção de um professor, todos possuem outros vínculos profissionais, também de natureza docente. Apenas um dos entrevistados possui mais de dois vínculos, sendo que o terceiro é como técnico da secretaria de educação do município de Fagundes.

O acúmulo de mais de um vínculo profissional representa um dos aspectos do processo de precarização do trabalho docente, qual seja o da intensificação do trabalho.

Ao assumirem mais de um vínculo, os professores se responsabilizam por uma carga horária de trabalho semanal de pelo menos 40 horas, e isso em sala de aula. Dentro dessa carga horária que eles tem que dar conta, não está incluído o tempo necessário outras atividades essenciais na docência, como o planejamento, por exemplo.

Relacionado a este aspecto está ainda o fato de que atualmente os professores tem sido responsabilizados por um número de atividades cada vez maior, atividades que muitas vezes nem cabe ao professor desenvolver. Esse aumento de responsabilidades é um dos efeitos, das reformas educacionais da década de 1990, e essas mudanças na educação

[...] exigem mais tempo de trabalho do professor, tempo este que se não aumenta na sua jornada de trabalho objetivamente, acaba se traduzindo numa intensificação do trabalho, que o obriga a responder a um número maior de exigências em menos tempo. (OLIVEIRA, s.d. p.6..)

³ O professor entrevistado aqui chama de prestação de serviço a sua atuação efetivada por meio do contrato flexível.

Um dos fatores que determinam a intensificação do trabalho docente é a baixa remuneração, a completa defasagem por que passa o salário dos docentes na Paraíba e os obriga a duplicar, ou até triplicar, a sua carga horária de trabalho para que se possa ter um padrão de vida mais estável. Podemos identificar isso na fala de um dos entrevistados:

[a] profissão do professor hoje é muito complicada porque ela requer muito do professor e a gente não consegue dar tudo suficiente porque a gente não consegue ficar apenas numa escola. A gente tem que dobrar em outras pra que a gente tenha pelo menos um respaldo financeiro coerente pra sobreviver [...] é complicado, mas a gente tenta superar as dificuldades e dar o melhor da gente na sala de aula. (ENTREVISTADO 04)

Essa necessidade de trabalhar mais para viver melhor acaba interferindo no bom desempenho do trabalho docente, bem como na possibilidade de resultados mais significativos com a educação.

[Se o] professor conseguisse ficar em uma única escola, ganhando razoavelmente bem, e pudesse trabalhar em tempo integral, manhã e a tarde. Só que ele ficar apenas um expediente na sala de aula, o outro ele fosse pra questão de pesquisa, desenvolver algum projeto na escola, pra sua formação. Então ele ficava engajado com a sua formação, pra melhorar constantemente e também desenvolvendo algum projeto dentro da escola, projeto envolvendo o meio ambiente, a questão social, religiosa, alguma coisa que o professor se identificasse e trouxesse algum proveito pra sociedade. (ENTREVISTADO 01)

A remuneração é um dos aspectos de que trata os Planos de Carreira dos municípios, sob a garantia de um piso salarial que permita a valorização dos profissionais do magistério. No entanto, o que observamos é que os salários destes profissionais não tem contribuído com tal valorização, e na fala dos próprios professores o discurso é de uma crescente desvalorização, que tem intensificado cada vez mais a descrença com a educação.

O crescente número de exigências feitas ao professor na atualidade é efeito claro da intensificação do trabalho docente. Cabe ao professor, agora, dar conta das mais variadas necessidades que a escola apresenta, e isso é também determinado pelo processo de flexibilização do trabalho docente, percebido claramente pelos professores:

[A] gente tenta dar o melhor de si porque hoje, você sabe, a docência em si ela não tá apenas é... direcionada apenas à questão da docência, ao processo de ensino-aprendizagem, mas tem muito mais fatores que envolvem a docência, são fatores sociais e de certa forma atinge a nossa prática na sala de aula, então a gente tenta vivenciar e tenta suprir essas necessidades que surgem no dia a dia da sala de aula. Então o trabalho docente na realidade, ele é bem mais, exige muito mais da gente hoje. E hoje você tem que tá preparado principalmente com as questões sociais que tá existindo por aí. São inseridas, vem pra escola e muitas vezes a gente não tem pessoal é, que possa nos ajudar também, então cabe tudo ao professor, aquele que está em sala de aula. Então muitas vezes ele não é só professor, ele não exerce só o lado da docência, mas ele exerce o lado muitas vezes de psicólogo, de assistente social, de diretor, de pai, de mãe. Então vai muito mais além e a gente tem que tá olhando cada situação e tentando compreender cada situação pra que a gente possa desenvolver o nosso trabalho junto ao nosso aluno. (ENTREVISTADO 04)

A intensificação do trabalho tem causado ainda grandes prejuízos na vida dos professores, dentre os quais pode se destacar o fato de que “a dupla ou tripla jornada de trabalho tem repercussões sobre o cotidiano [dos professores], como a diminuição de frequência a museus, concertos musicais, cinemas, viagens.” (LELIS, 2001, p.43). Isto demonstra que com o acúmulo de atividades atribuídas ao professor, seja pela carga horária de trabalho excessiva, seja por conta das crescentes exigências com relação a este profissional, não há mais espaço para o acesso a bens culturais, que além de contribuir com a formação humana dos professores, contribuiria também com o aprimoramento do exercício da profissão. Esta realidade é fortalecida ainda pelos baixos salários que não dão condições aos professores de dispor de dinheiro para a compra de livros, filmes, viagens, etc.

Prova disso, é que numa das questões da entrevistas, relacionada a atividades realizadas no tempo livre, um dos professores respondeu: “Ser professor dois expedientes não tem quase hora livre, mas eu gosto muito de ler nas horas livres” (ENTREVISTADO 05)

Nas questões referentes aos estudos, ou seja, a formação continuada dos professores, nenhum dos entrevistados afirmou estar estudando no momento. A maioria tem como formação apenas o curso de Pedagogia, a não ser dois que tem especialização na área de educação. Quem afirmou estar realizando algum tipo de estudo, é sempre curso de formação continuada oferecido pela secretaria de educação. E quanta a participação em eventos acadêmico-científicos, apenas um professor afirmou participar com certa

freqüência, no entanto esta participação está voltada para eventos da área de História, sua área de formação superior.

A não-participação dos demais entrevistados foi justificada por falta de conhecimento ou até de convite das universidades para os professores. Três ainda consideraram com eventos de natureza acadêmica as semanas pedagógicas promovidas pela secretaria de educação a que se vinculam.

CONCLUSÕES

A profissionalização de uma categoria refere-se à aceitação social desta categoria como um grupo capacitado para desempenhar determinada função. O processo de profissionalização trata-se de uma construção histórica, situada em um dado contexto em que trabalhadores buscam reconhecimento e valorização do seu trabalho. E por isso mesmo

[a] profissionalização do magistério pode ser compreendida como um processo de construção histórica, que varia segundo o contexto sócio-econômico a que está submetido, mas que, sobretudo, tem definido tipos de formação e especialização, de carreira e remuneração para um determinado grupo social que vem crescendo e se consolidando. (OLIVEIRA, 2008, p.30)

O que se pode observar no processo de profissionalização docente é que, atualmente, o exercício da docência tem sido realizado em meio a condições que dificultam a conscientização dos professores acerca da necessidade de se lutar de fato pelo reconhecimento da categoria enquanto profissionais.

Um dos aspectos que legitimam um grupo de trabalhadores como profissionais é a sua autonomia com relação à realização da sua atividade. Segundo Oliveira (2003) “diferentemente de outras categorias de trabalhadores, os profissionais são plenamente autônomos em seu processo de trabalho, não tendo de submeter-se à regulação alheia.” (p.26).

Com relação aos professores, o que podemos observar é que o exercício da profissão está cada vez mais atrelado à mera execução de requisitos previamente definidos por órgãos governamentais e até mesmo por instituições internacionais, e tal realidade é um dos fatores para a fragilização da profissionalização docente.

Um outro aspecto que contribui é a regulamentação da carreira. A legislação em vigor prevê a necessidade de um Plano de Cargos, Carreira e Remuneração para o magistério como documento para regulamentar o exercício da docência nas redes públicas. No entanto, o observado é a existência de muitos casos de professores que atuam sem esta regulamentação, ou até mesmo a ocorrência de existência de planos que não são postos em prática.

O plano deve dar respaldo para o ingresso na carreira, a remuneração, progressão funcional e etc. com a inexistência ou desrespeito dos planos, tais pontos são desconsiderados no tratamento ao trabalho docente.

Os professores deveriam ingressar na profissão exclusivamente através de concurso público, mas o que acontece é a contratação de docentes por meio de contratos frágeis que embora representem uma economia significativa para os governos municipais e estaduais, denotam a fragilização da profissão docente.

Além disso, é prevista, também, a necessidade de um piso salarial, entretanto, não é possível reconhecer um esforço em cumprir tal exigência. O salário dos professores passa por um incontável processo de defasagem, prejudicando cada vez mais as condições de trabalho e impondo constantemente aos docentes um aumento exacerbado da carga horária de trabalho. Desse modo, o professor se encontra sem tempo para realizar atividades que não estejam relacionadas com trabalho, ou mesmo a com dificuldades de cumprir com todas as exigências que são postas ao exercício da sua profissão.

A leitura dos Planos de Carreira dos dois municípios selecionados para este estudo, possibilitou a percepção de que a situação do município de Campina Grande é bastante avançada, se comparada com o município de Fagundes, uma vez que já se encontra em vigor, em Campina Grande, uma segunda versão reformulada do plano de carreira dos professores municipais.

No que se refere ao ingresso e progressão na carreira, o Plano determina que o ingresso seja exclusivamente por concurso público de provas e títulos (Artigo 3º, Inciso I), e a progressão funcional se dará “baseada na avaliação do desempenho, capacitação, na titulação e no tempo de serviço” (Artigo 38, Inciso IV). À Secretaria Municipal de Educação, coube a responsabilidade de elaborar os critérios que seriam necessários para tal fim, entretanto, a proposta elaborada, ainda na primeira versão do projeto, foi contestada pela categoria, por não atender às suas necessidades nem respeitar os seus direitos profissionais.

O Plano garante ainda o afastamento remunerado para aperfeiçoamento profissional (Artigo 3º, Inciso II), como meio de valorização profissional e “período reservados a estudos, planejamento e avaliação incluídos na carga horária” (Artigo 3º, Inciso VI), considerando que a jornada de trabalho dos professores municipais é de 25 horas semanais, conforme consta no Artigo 18: O regime de trabalho dos profissionais

da carreira do magistério municipal é de 25 (vinte e cinco) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas-aula em regência de classe e 05 (cinco) horas-aula em outras atividades. No tocante a remuneração, não é fixado piso salarial, apenas é apresentada uma tabela com valores referentes a esse aspecto nos anexos.

Em se tratando da situação do município de Fagundes, o Plano de Carreira não garante as condições legais para o exercício do trabalho docente e limita as suas determinações aos aspectos da remuneração. A esse respeito, pesquisa desenvolvida em 2004 observou

... a omissão de dispositivos que regulamentassem aspectos fundamentais da carreira, definidos nos próprios textos de âmbito nacional, tais como: os requisitos para ingresso na carreira; a formação continuada, com licença remunerada; o período reservado, na jornada de trabalho, para estudos, planejamentos e avaliações; a progressão funcional baseada na qualificação do trabalho e a avaliação do desempenho, entre outras supressões. Trata-se, portanto, de um documento bastante frágil, por regulamentar apenas um dos aspectos previstos na legislação federal sobre a matéria e, ainda assim, de modo parcial, visto que somente são estabelecidos os salários para os diversos cargos do magistério, para o momento em que a lei entrou em vigência. Dessa forma, ficamos refletindo qual valorização o profissional da cidade de Fagundes teria, e quais as repercussões para a melhoria do ensino municipal, com a edição desse pretensão plano de carreira. (SILVA; SANTOS; MEDEIROS, 2004, p.4).

Diante de tal constatação, é possível afirmar que, comparando-se a situação dos dois municípios considerados neste estudo, Campina Grande apresenta uma realidade que demonstra uma preocupação maior com a profissionalização dos professores da educação básica no município, pelo menos no que se refere à regulamentação feita no Plano de Carreira.

No entanto, o município de Fagundes não expressa nenhum incentivo legal, no Plano de Carreira, que possa de fato contribuir com a melhoria das condições do trabalho docente e, por considerar apenas o aspecto referente salarial, desconsidera todas as determinações do trabalho dos professores, bem como as necessidades desta categoria profissional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campina, 2006.

AUGUSTO, Maria Helena Oliveira Gonçalves. **As reformas educacionais e o “choque de gestão”: a precarização do trabalho docente.** 2005. 16f. Disponível em < <http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt09/gt09227int.rtf> > Acesso em: 25 de agosto de 2008.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesse últimos 25 anos. **Educação e Sociedade.** Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007.

GOMES, Rita de Cássia Oliveira & VILARINHO JÚNIOR, Paulo Bretas. **Flexibilidade e integração: redefinindo o trabalhador e sua educação.** Anais do III EBEM – Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo de 11 a 14 de novembro de 2007 – UFBA – Salvador - BA. 10p.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Exclusão includente e inclusão excludente: a nova dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho.* In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (org.). **Capitalismo, trabalho e educação.** Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2002. p. 77-95. (Coleção educação contemporânea)

LELIS, Isabel. Profissão docente: uma rede de histórias. **Revista Brasileira de Educação,** n. 17. 2001. p. 40-49.

MANCEBO, Deise. Agenda de pesquisa e opções teórico-metodológicas nas investigações sobre trabalho docente. **Educação e Sociedade.** Campinas, vol. 28, n. 99, p. 466-482, maio/ago. 2007

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Martins Fontes, 1977. 351 p.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. IN: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

OLIVEIRA, Dalila Andrade *et al.* **Transformações na organização do processo de trabalho docente e o sofrimento do professor.** s.d. Disponível em <http://www.fae.ufmg.br/estrado/documentos>. Acesso em 10 de novembro de 2008.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. O trabalho docente na América Latina: identidade e profissionalização. **Retratos da escola.** Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 29-39, jan./dez. 2008

RODRIGUES, Melânia Mendonça. **Trabalho docente em redes públicas do Estado da Paraíba: condições e relações de trabalho.** Projeto de pesquisa. 2008. 15f. mimeo.

SILVA, Vívica de Melo; SANTOS, Joelma da Silva; MEDEIROS, Sonayra da Silva. **Políticas de valorização dos profissionais da educação: das diretrizes nacionais ao Plano de Carreira do município de Fagundes – PB.** Trabalho apresentado no Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de Campina Grande – PIBIC/CNPQ/UFCG – 2004.

WACHOWICZ, Lílian Anna. *A dialética na pesquisa em educação.* **Diálogo Educacional.** v. 2 - n.3 - p. 171-181 - jan./jun. 2001.